

A MEMÓRIA DO ARQUIVO NACIONAL: PRIMEIRO CENTENÁRIO¹

THE MEMORY OF THE NATIONAL ARCHIVE: FIRST CENTENARY

Mara Luci Silva de Araújo da Silva²
Ana Amélia Lage Martins³

Resumo: Este trabalho, localizado na Memória Social e de natureza exploratória e documental, apresenta e discute aspectos relacionados à construção da memória do Arquivo Nacional, maior e mais relevante instituição arquivística do Brasil, por ocasião do seu primeiro centenário, celebrado em 1938. Tomando como objeto de análise empírica o documento intitulado “Subsídios para a história do Arquivo Nacional na comemoração do seu primeiro centenário (1838-1938): o Arquivo no Império”, de autoria do bibliotecário Pandiá H. de Tautphoeus Castello Branco, o artigo busca identificar os elementos privilegiados pela publicação, buscando apreender as bases fundacionais de um trabalho de memória empreendido pela instituição na efeméride de seus cem anos. Para isso, adotou como procedimento metodológico os instrumentos da análise de conteúdo do tipo temática, conforme preconizada por Laurence Bardin, a partir da qual identifica os marcos fundadores, a finalidade e os personagens destacados na produção da memória histórica do Arquivo Nacional durante o Império.

Palavras-Chave: Arquivo Nacional. Memória. História do Arquivo Nacional

Abstract: *This study, situated within the field of Social Memory and of an exploratory and documentary nature, presents and discusses aspects related to the construction of the memory of the National Archives, the largest and most significant archival institution in Brazil, on the occasion of its first centenary, celebrated in 1938. Using as its empirical object the document entitled Subsidies for the History of the National Archives in Commemoration of its*

¹ O texto foi submetido, avaliado, aprovado, apresentado e premiado no XXIV ENANCIB.

² Mestranda em Memória Social pela Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro (UNIRIO). Especialista em Viabilidade de Projetos e Gestão de Equipes pela Faculdade Única de Ipatinga (2019). Arquivista do Arquivo Nacional desde 2006. E-mail: maraluciitalo@gmail.com. ORCID: <http://lattes.cnpq.br/7160727904647499>

³ Doutora e Mestra em Ciência da Informação, professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). E-mail: ana.martins@unirio.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6296-3441>

First Centenary (1838–1938): The Archives during the Empire, authored by librarian Pandiá H. de Tautphoeus Castello Branco, the article seeks to identify the elements emphasized in the publication, aiming to understand the foundational bases of a memory project undertaken by the institution at the symbolic milestone of its hundredth anniversary. To this end, it adopts thematic content analysis as the methodological approach, following the framework proposed by Laurence Bardin, through which it identifies the founding markers, purpose, and key figures highlighted in the historical memory of the National Archives during the Imperial period.

Keywords: National Archive. Memory. History of National Archives of Brazil.

1 INTRODUÇÃO

O Arquivo Nacional é a maior instituição arquivística do Brasil. Criada através do Regulamento nº 2, em 1838 (mas funcionando de fato em 1840), e denominado à época de Arquivo Público do Império, mantém sob sua guarda um valioso acervo, continuamente em expansão, a partir do qual é possível produzir conhecimento histórico sobre o Brasil e acessar informações relativas à administração pública, vitais para o pleno funcionamento da democracia. Atuando também na implementação e acompanhamento da política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos, o Arquivo realiza, no que concerne ao Executivo Federal, a gestão, o recolhimento, o tratamento técnico, a preservação e a divulgação do patrimônio documental do país, e promove um conjunto diverso de ações que consolidaram a instituição como a maior referência em documentação arquivística do Brasil.

Este trabalho apresenta parte da pesquisa de mestrado atualmente em curso que volta o seu olhar para este emblemático e representativo “lugar de memória” (Nora, 1993) do Brasil. Tomando como objeto de análise empírica o documento “Subsídios para a história do Arquivo Nacional na comemoração do seu primeiro centenário (1838-1938): o Arquivo no Império”, publicação da instituição na efeméride do seu primeiro centenário, o trabalho busca entender como a instituição refletiu, construiu e divulgou, naquele momento, sua própria história e memória. Na pesquisa investigamos como a memória do Arquivo

Nacional, narrada por ele mesmo, revela o que foi considerado essencial lembrar e esquecer na afirmação e projeção de sua identidade.

A partir de uma pesquisa bibliográfica sobre a trajetória histórica do Arquivo Nacional e da análise do conteúdo da mencionada Publicação 35, integrante da série “Publicações do Arquivo Nacional”, número 35, de autoria de Pandiá H. de Tautphoeus Castello Branco, busca-se identificar os elementos privilegiados pela Publicação 35, buscando apreender as bases fundacionais de um trabalho de memória empreendido pela instituição no marco histórico de seus cem anos.

2 A MEMÓRIA DO PRIMEIRO CENTENÁRIO: CONTEXTO

Originalmente com função predominantemente administrativa, os arquivos passaram a assumir também uma função histórica, especialmente após a Revolução Francesa, que reforçou a ideia de preservar documentos como símbolos da identidade nacional. No Brasil, esse movimento foi impulsionado pela transferência da família real portuguesa em 1808, que trouxe consigo parte da documentação da Coroa, contribuindo para o surgimento de estruturas arquivísticas no país.

O modelo francês de arquivo nacional serviu como norte para a organização do Arquivo Público do Império e deixou marcas duradouras na condução de suas atividades durante os séculos XIX e XX. O respeito aos fundos e a adoção de estrutura específica para organizar as seções são alguns exemplos dessa influência (Estevão; Fonseca, 2010).

A inspiração francesa e a herança patrimonial portuguesa foram, assim, os pilares da construção do Arquivo Nacional, fundada em primeiro momento na política do sigilo (Costa, 2000a). Durante o século XX, o Arquivo Nacional consolidou-se como uma instituição fundamental para a produção da memória histórica do Brasil, um importante referencial para a construção de uma identidade nacional. Neste momento amplia-se significativamente o seu acervo.

Ao abrir em 1874 seu patrimônio documental para a consulta pública e, em 1886, publicar o Catálogo das cartas régias, provisões, alvarás e avisos de 1662 a 1821, o Arquivo reorienta sua ação, ampliando seu escopo de atuação, como, por exemplo, iniciando sua longa produção editorial. Em 21 de abril de 1892, a instituição inaugura sua primeira exposição, uma homenagem ao centenário da morte de Tiradentes, o que acabou por influenciar a publicação do decreto nº 1.580, de 31 de outubro de 1893, que instituiu um museu no Arquivo Público, criando o Museu Histórico Nacional. Estas ações foram fundamentais para que a instituição começasse a divulgar seu acervo, dando acesso às informações governamentais à população e abrindo-se ao público de maneira geral.

A Constituição de 1934 reforçou a importância dos arquivos públicos no Brasil, destacando o seu papel na salvaguarda de um patrimônio histórico e cultural. Com a Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946, os documentos adquiriram também valor artístico e passaram a ser protegidos pelo poder público. Conforme o Art. 175: “As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do Poder Público” (Brasil, Constituição (1946)].

A Constituição Federativa do Brasil de 1988 estabeleceu, no parágrafo 2º do Art. 216, que: "Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem". Isto conferiu à Administração Pública a responsabilidade pela gestão documental e assegurou aos cidadãos o acesso aos documentos sem necessidade de autorização prévia, exceto nos casos de documentos considerados sigilosos, conforme determinado pelo Art. 5º, inciso XXXIII, da mesma Constituição, o que representou um marco fundamental para a política de arquivo nacional.

Ao completar seu primeiro centenário, o Arquivo Nacional, de acordo com Alcides Bezerra – diretor da instituição à época, “não poderia deixar decorrer essa efeméride sem que fosse plantado um marco como lembrança de tão grande dia na vida da instituição” (Castello Branco, 1937, p. III). Para isso, foi programado uma série de eventos em comemoração ao primeiro centenário da instituição com o objetivo de sensibilizar e mobilizar um maior apoio do governo e da população, e ressaltar a importância dos documentos na construção do sentimento de nacionalidade. Assim, segundo Bezerra, “em se tratando da casa da história, não era possível deixar-se de se fazer a sua própria, com toda minudência e rigorosa meticulosidade” (Castello Branco, 1937, p. IV).

Para a tarefa, fora designado o bibliotecário Pandiá Hermann de Tautphoeus Castello Branco, um funcionário de longa trajetória no Arquivo Nacional, que pesquisou, compilou e redigiu uma monografia retratando os anos da instituição durante o Império, documento que serviria como uma importante fonte de memória histórica para as futuras gerações. Cumpre ressaltar que a pesquisa do bibliotecário resultou em um outro documento, O Arquivo na República, que retrata os anos subsequentes do Arquivo Nacional, na República, mas que nunca chegou a ser publicado, estando este arquivado no fundo Arquivo Nacional e disponível na versão digital no Sistema de Informação do Arquivo Nacional sob o código BR_RJANRIO_AN_TXT_ANA_0_0959.

Castello Branco dedicou cerca de seis meses à pesquisa de relatórios de atividades, legislação pertinente e à história administrativa do Brasil para produzir o primeiro volume. Ele conseguiu mapear e esclarecer minuciosamente a criação do Arquivo Público do Império, apresentando dados que ainda são escassos nas publicações disponíveis. Os principais fatos marcantes para a memória da instituição que consegue delimitar ao buscar contar sua evolução de 1838 a 1937 são: sua missão, seu funcionamento e a luta para obter um edifício adequado.

Além disso, ele aborda a luta de longos anos para recolher a documentação produzida pelo Governo, o processamento técnico do acervo e a atuação dos funcionários. Também enfatiza a importância das reformas implementadas por meio de regulamentos que visavam criar melhores condições para que o Arquivo Público do Império se tornasse um verdadeiro lugar de memória nacional.

Os poucos meses que tivemos para amontoar transcrições, de um certo modo, longas e enfadonhas, suavizadas aqui e ali por escassos comentários, não nos favoreceram para cuidarmos com mais carinho e proficiência dos assuntos focalizados, e, principalmente, da fôrma da linguagem em que foram apressadamente escritos (Castello Branco, 1937, p. VIII).

Em 1937, publicou o volume XXXV da série Publicações do Arquivo Nacional, com o título “Subsídios para a História do Arquivo Nacional na Comemoração do seu Primeiro Centenário (1838 - 1938): o Arquivo no Império”. A obra buscou contar a história do órgão através de relatórios de atividades, da documentação administrativa, das legislações, fatos e personagens de maior destaque nos primeiros 100 anos de sua trajetória. O documento é uma importante fonte para compreensão desse período e do esforço da instituição em construir e projetar sua memória nos primeiros cem anos de sua existência.

O contexto político de 1937, marcado pela instauração do Estado Novo sob Getúlio Vargas, teve um impacto significativo na comemoração do centenário do Arquivo Nacional. Durante esse período, o governo buscou centralizar e controlar a informação e a documentação oficial, o que afetou diretamente a função do Arquivo Nacional (Costa, 2000b). Ao mesmo tempo, houve um esforço para modernizar suas práticas administrativas, tudo isso em um ambiente marcado pela repressão e censura. Analisando os trechos selecionados das transcrições dos relatórios de atividades realizados por Castello Branco na Publicação 35, podemos concluir que ele priorizou a descrição detalhada dos documentos que

ele considerava mais relevantes. Essa escolha pode estar relacionada ao contexto de instabilidade política que o país enfrentava na época.

Nesse cenário, a celebração do Arquivo Nacional foi utilizada como uma oportunidade para reforçar a importância da memória histórica e da documentação oficial como instrumentos de legitimação do regime (Costa, 2000c) e como um pilar fundamental para a construção da identidade nacional sob o novo governo. Portanto, o centenário do Arquivo Nacional não foi apenas uma celebração institucional, mas também um evento carregado de significados políticos que se inseriam no contexto mais amplo da luta pelo poder e da construção da identidade nacional, em alinhamento ideológico, ao Estado Novo.

No início da Publicação 35, o diretor Alcides Bezerra expressa sua gratidão pelo apoio de Vargas, mas também manifesta sua preocupação com a continuidade das comemorações do centenário. Isso se deve à saída de José Carlos de Macedo Soares, então Ministro da Justiça e Negócios, em decorrência da Nova Carta Constitucional de 10 de novembro. Macedo Soares havia estabelecido um acordo com Vargas para que o Arquivo Nacional tivesse todos os recursos necessários para as celebrações do centenário. O foco político e administrativo do Governo que implementou uma série de reformas e políticas que priorizavam a industrialização e a intervenção estatal na economia, pode ter levado a uma diminuição da atenção dada a instituições culturais e históricas como o Arquivo Nacional. Além disso, o contexto político da época também influenciou a forma como eventos comemorativos eram percebidos e organizados. Assim, a valorização da cultura e da história nacional pode ter sido ofuscada por essas prioridades políticas e econômicas, resultando na diminuição das solenidades programadas para as comemorações.

O documento é composto pelas seguintes seções.

1. Síntese da História Administrativa do Brasil, incluindo o período colonial, o monárquico e o republicano.
2. A instituição do Arquivo do Império.
3. Evolução da Instituição através os relatórios dos seus diretores no Regime Monárquico (1843-1884), com os relatórios da Administração de Ciro Cândido Martins de Brito (1840-1857); Administração do Dr. António Pereira Pinto (1459-1869); Administração do Dr. Joaquim Caetano da Silva (1869-1873), Administração do Dr. Joaquim Pires Machado Portela (1873-1898).
4. Plano de Classificação de Documentos.
5. A instituição do cargo de agentes auxiliares.
6. Primeiras instalações do Arquivo Público do Império.
7. Primeiros Funcionários e seus vencimentos.
8. Frei Camilo Monserrate, paleógrafo honorário do Arquivo Público do Império.
9. Os primeiros concursos realizados para preenchimento de cargos.
10. Incêndios ocorridos e consequentes ideias sobre a necessidade do isolamento do Arquivo.
11. Documentos das antigas províncias.
12. Notas à margens das Administrações.
13. Anexos- Transcrições de leis e regulamentos.

3 METODOLOGIA

Para efetuar a organização, a análise e a interpretação dos dados qualitativos, utilizamos na pesquisa a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), optando pela análise temática, que possibilita a identificação de padrões, significados e categorias, facilitando a compreensão do objeto de

estudo. A análise de conteúdo, no formato temático, envolve as seguintes etapas: a) pré-análise do material coletado, que consiste em uma leitura exploratória (flutuante) para familiarizar-se com o conteúdo e selecionar os documentos, a fim de formular as hipóteses; b) exploração do material, que implica na quantificação e seleção das unidades de registro, seguida pela codificação e categorização dos temas relevantes aos objetivos da pesquisa; e c) tratamento e interpretação dos resultados, com o intuito de relacionar indicadores que permitam inferências relacionadas aos objetivos da pesquisa, à luz do referencial teórico.

A unidade de registro pode ser definida como palavras-tema ou, mais precisamente, as palavras que expressam um significado relacionado às temáticas discutidas no documento. “[...] O tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (Bardin, 1977, p.105). A partir da análise, identificamos três categorias temáticas e 13 unidades de registro.

A primeira categoria que constituímos foi “Marcos Fundadores”, que abrange a criação da instituição, suas mudanças de sede ao longo do tempo, a evolução de sua estrutura organizacional e a composição de seu corpo de funcionários. Assim, as unidades de registro desta categoria são: institucionalização, instalações, estrutura organizacional e quadro de pessoal.

A segunda categoria, “Finalidade”, aborda as dificuldades iniciais da instituição para instituir e cumprir sua missão de coletar a documentação dos órgãos públicos, destacando o esforço na busca desses documentos por meio de agentes auxiliares que visitaram os órgãos na tentativa de obtê-los. A categoria também descreve os documentos considerados importantes, como a documentação foi organizada, o primeiro plano de classificação, os danos causados por agentes biológicos na destruição de documentos, as primeiras iniciativas de difusão, como a abertura de uma sala de consultas ao público e

publicações que fazem referência ao acervo existente, além da criação de um curso técnico para capacitar os funcionários a desenvolver um tratamento mais adequado para os documentos da instituição. As unidades de registro dessa categoria são: aquisição de acervos, organização dos documentos, documentos importantes, difusão e formação especializada.

A terceira categoria, “Personagens”, reúne as pessoas destacadas como tendo desempenhado um papel fundamental na institucionalização e na trajetória do Arquivo Nacional, contribuindo para sua consolidação. As unidades de registro dessa categoria são: diretores, autoridades políticas, técnicos e paleógrafos.

A quantificação na análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (1977), desempenha um papel fundamental do trabalho analítico ao conferir maior objetividade e sistematização ao processo de interpretação dos dados. Embora a análise de conteúdo seja essencialmente qualitativa, a incorporação de procedimentos quantitativos — como a contagem de frequências de palavras, temas ou categorias — permite identificar padrões, recorrências e tendências que são indicativas de significados latentes, estruturas de sentido e ênfases discursivas presentes no corpus analisado. Para Bardin (1977), a quantificação não é um fim em si mesma, mas um recurso metodológico que auxilia na fundamentação empírica das interpretações, contribuindo para a confiabilidade e a transparência dos resultados obtidos. Neste sentido, a construção das unidades de registros e categorias decorreu de um trabalho de quantificação das ocorrências temáticas.

4 MEMÓRIA DO PRIMEIRO CENTENÁRIO: ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

Para entender os elementos destacados na Publicação 35 e facilitar a visualização da formação das categorias e suas unidades de registro oriundas da nossa leitura, elaboramos o quadro abaixo.

Quadro 1 – Categorias e unidades de registro

Título	Conteúdo		
	<i>Categorias</i>	<i>Categorias</i>	<i>Categorias</i>
Unidades de registro	<i>Marcos fundadores /ocorrências: 252</i>	<i>Finalidade/ocorrências:243</i>	<i>Personagens/ocorrências: 292</i>
	Instalações/89	Aquisição de acervos/155	Diretores/163
	Estrutura organizacional/63	Organização dos documentos/52	Autoridades políticas/63
	Quadro de pessoal/55	Documentos importantes/23	Técnicos/34
	Institucionalização/45	Difusão/9	Paleógrafos/32
		Formação especializada/4	

Fonte: Elaborado pelas autoras

A categoria “Marcos fundadores” aparece 252 vezes na Publicação 35. Seus elementos abordam os motivos para a criação do Arquivo (mencionado 45 vezes) e a forma como foi estruturado pela legislação. Dentre os motivos apresentados, destaca-se que a origem do Arquivo Público do Império teve como principal objetivo guardar os documentos públicos, incluindo os originais das leis assinadas pelo Imperador. Conforme aponta Castello Branco:

Si pelo art. 4.º da lei de 20 de Outubro de 1823 e pelo art. 70, da Constituição de 25 de Março de 1824, o Arquivo Público já tinha a sua existência consagrada, não carecia, entretanto, só de um regulamento: — tornava-se necessário estabelecê-lo, fundá-lo, ou dando-lhe um edifício próprio, ou aproveitando dependências de outra repartição para instalá-lo (Castello Branco, 1937, p. 35).

Inicialmente funcionando como uma repartição anexa à Secretaria de Estado dos Negócios do Império, o Arquivo Público do Império passou a operar

efetivamente em 1840, após pintura do espaço, a aquisição de móveis e a nomeação de um ajudante Ciro Cândido de Brito, que, em pouco tempo, se tornaria o diretor. Ele se ofereceu e foi então designado para auxiliar o então Ministro da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, que não conseguia administrar as duas repartições simultaneamente.

Na medida em que recolhia, preservava e fornecia as provas jurídicas necessárias à ação do Estado na delimitação do território, cujas silhuetas física e legal ainda eram fluidas, a instituição cumpria seu papel instrumental; enquanto espaço destinado a armazenar os documentos da história administrativa do país, o Arquivo poderia ser pensado como lugar de memória do próprio Estado, na acepção dada ao termo por Pierre Nora (1984) para designar os lugares onde a memória "se corporifica e se cristaliza", como forma de resguardar algo que tende a ser esquecido pela sociedade em transformação (Costa, 2000d, p. 224).

Todos os diretores que passaram pelo Arquivo Público do Império destacaram a necessidade urgente de um edifício próprio (mencionado 89 vezes na Publicação 35) e adequado para cumprir a missão da instituição. Eles apontaram os diversos problemas e prejuízos causados pela falta da infraestrutura apropriada, o que resultou em mudanças sucessivas de local (5 vezes) na tentativa de encontrar uma instalação mais adequada.

Apesar de vinculado a uma secretaria poderosa, o Arquivo era frágil politicamente, o que é demonstrado pela ausência de orçamento próprio, pelo reduzido prestígio de seus dirigentes e pela precariedade de suas instalações. Na verdade, durante mais de meio século o Arquivo não dispôs de condições físicas minimamente adequadas à preservação de seu acervo (Costa, 2000e, p. 227).

A estrutura organizacional, mencionada 63 vezes na Publicação 35, foi inicialmente regulamentada pelo Regulamento nº 2, de 2 de janeiro de 1838, que, em seu artigo 3º, estabeleceu: "Os armários e gavetas serão distribuídos por três seções, que há de ter o Arquivo, a saber: — Legislativa, Administrativa e Histórica". O regulamento também especificou os documentos a serem arquivados em cada uma dessas seções. Em 1876, o Regulamento de 24 de março (Decreto nº 6.164)

em seu art. 2º, acrescentou a seção judiciária (mencionada 10 vezes nessa Publicação 35), dividindo o Arquivo Público do Império em quatro seções e criando, além disso, uma Biblioteca (mencionada 27 vezes) e uma Mapoteca (mencionada 3 vezes). Posteriormente, o Decreto nº 1.580, de 31 de outubro de 1893, instituiu um museu no Arquivo Público (mencionado 3 vezes na Publicação 35), atendendo a um desejo já manifestado pelo diretor Machado Portela, conforme registrado em seu relatório de atividades de 1873:

Si os Arquivos Públicos devem ter sua peculiar biblioteca como parte integrante e indispensável, na frase de Mr. Alfred Maury, cumpre que também possuam um museu especial, como modernamente os estão criando e desenvolvendo diversos Arquivos da Europa. Si este ainda não dispõe de proporções para possuir um museu histórico, não deve deixar de ir desde já reunindo materiais, cuja aquisição, por agora ainda não muito dificultosa, tornar-se-á depois sumamente custosa (Castello Branco, 1937, p.110).

No ano seguinte à sua nomeação para a direção do Arquivo Público do Império, em 1874, Machado Portella criou uma Sala de Consultas pública (mencionado 2 vezes), embora ela só tenha se concretizado em 1932. Em 1907, ele estabeleceu o setor de encadernação, denominado Oficinas Gráficas e de Encadernação, com o objetivo de resguardar/preservar os documentos e evitar o seu extravio. Mais tarde, esse setor passou a ser o responsável pela impressão das publicações do Arquivo Público do Império.

A princípio, foi determinado que o diretor e alguns funcionários da Secretaria de Estado dos Negócios do Império fossem responsáveis pela condução dos trabalhos no Arquivo Público do Império. No entanto, como esse arranjo não se mostrou viável, eles foram desligados, e, em abril de 1840, um decreto nomeou Ciro Cândido de Brito como diretor interino, juntamente com mais cinco funcionários. O processo de ampliação e valorização do quadro de pessoal (mencionado 55 vezes na Publicação 35) foi longo e desafiador, devido à pouca atenção dedicada ao Arquivo Público, ao orçamento limitado e a escassez

de profissionais qualificados. Isso resultou em uma certa lentidão na identificação dos documentos. Em 1960, o diretor José Honório Rodrigues ressaltou que a principal questão do Arquivo era a necessidade de capacitar mais profissionais técnicos e a aumentar o quadro de pessoal (AN, 1960). Em 1981, a diretora Celina Vargas (Acervo, 2013) também apontou a falta de profissionais qualificados e de um prédio adequado. No entanto, durante sua gestão, houve um aumento considerável no quadro de pessoal e, finalmente, a conquista de um edifício próprio, depois de muita articulação política.

Os novos funcionários iniciaram as atividades da instituição no último semestre de 1840, mas só começaram a receber suas gratificações a partir de julho de 1841. Em quase todos as transcrições dos relatórios de atividades, os diretores reclamam da falta de pessoal, apontam a necessidade de capacitação através de cursos técnicos, solicitam melhorias nos vencimentos e chamam a atenção para a desigualdade de vencimentos entre o Arquivo e a Biblioteca Nacional, além de elogiar amplamente a boa vontade e a dedicação da equipe.

Afirmamos, com a experiência de longos anos de trabalhos efetivos neste Arquivo que, sem a execução integral do Curso Técnico, a que se refere o atual Regulamento desta Repartição (Decreto n.º 16.036, de 14 de Maio), para a formação do corpo de arquivistas, o Arquivo Nacional nunca passará do conceito em que o público e o próprio Governo o tem até agora—o de um mero depósito de papéis velhos, com um corpo de modestos auxiliares (Castello Branco, 1937, p. 215).

A Categoria “Finalidade” foi identificada 243 vezes na Publicação 35. Ela contempla as unidades de registro que definem o propósito e a essência do Arquivo Nacional. A unidade de registro “Aquisição de documentos” aparece 155 vezes, referindo-se aos documentos públicos que, de acordo com as normas legais, deveriam ser encaminhados ao Arquivo Público do Império. A Constituição de 1824 em seu art. 70:

Assinada a Lei pelo Imperador, referendada pelo Secretário de Estado competente, e selada com o Selo do Império, se guardará o original no

Arquivo Público, e se remeterão os Exemplares dela impressos a todas as Câmaras do Império, Tribunais, e mais Lugares, aonde convenha fazer-se pública (Brasil, Constituição, 1824).

O Regulamento nº 2, de 2 de janeiro de 1838, estabeleceu quais documentos públicos originais produzidos nos âmbitos executivo, legislativo e documentos de caráter histórico deveriam ser arquivados no Arquivo Público do Império. No entanto, essa regulamentação não foi eficaz o suficiente para garantir o envio adequado dos documentos.

[...] inúmeros foram os obstáculos encontrados pela instituição para cumprir sua principal função -o recolhimento da documentação, administrativa, legislativa, judicial e histórica do país. Aliás, são frequentes as solicitações do seu diretor nesse sentido, encaminhadas ao ministro de Estado por meio de correspondência e dos relatórios anuais (Costa, 2000f, p. 227).

Desde a gestão do primeiro diretor da instituição, os relatórios de atividades registraram constantes reclamações quanto à falta de envio dos documentos. Tanto que, em seu relatório de atividade, de 1843, o primeiro diretor, Ciro Cândido, afirmou: “O Arquivo Público do Império está montado e provido de todos os objetos necessários para os importantes trabalhos dos índices Cronológicos e Sistemáticos, ..., mas ainda não me tem sido possível dar-lhes começo” (Castello Branco, 1937, p.43-44).

Após expor as dificuldades enfrentadas pela Instituição em recolher os documentos, Castello Branco enfatiza “como foi difícil fazer compreender o papel do Arquivo Nacional, dentro da própria mentalidade da administração pública!” (Castello Branco, 1937, p.75). Para superar a dificuldade no recolhimento dos documentos, o diretor Machado Portela criou, por meio do Regulamento de 1876, o cargo de “Agentes auxiliares”, responsáveis por localizar e coletar documentos em cartórios, arquivos de conventos e associações particulares de todos os Estados do Brasil, premiando aqueles que obtivessem êxito. Além disso, o regulamento responsabilizou os Presidentes das Províncias pelo envio dos

documentos previstos em lei. Dessa forma, a menção dos “Agentes auxiliares para aquisição de acervo” em 28 ocasiões ressalta a relevância da criação desse cargo em todo o país, com a missão de realizar uma busca diligente por documentos originais e cópias autenticadas que deveriam compor o acervo do Arquivo Público do Império. “A instituição passava a contar com auxiliares encarregados de descobrir e coletar documentos relativos à História do Brasil (Buzzatti, 2015, p.44).

Antes da criação desses agentes, comissões responsáveis foram designadas para a busca de documentos, além de indivíduos, como Gonçalves Dias e Ramiz Galvão, encarregados de localizar, especialmente em Portugal, documentos relativos à história do Brasil. As buscas foram bem-sucedidas e resultaram na aquisição de muitos documentos valiosos.

A “perda irreversível de documentos”, expressa 38 vezes, refletiu a grande preocupação dos gestores com a conservação adequada da documentação, especialmente devido às precárias condições das instalações pelas quais o Arquivo Público do Império passou, além da proximidade a áreas inadequadas, como a Casa de Artífício de fogos, que funcionava ao lado do Arquivo. Castello Branco menciona dois incêndios, ocorridos em 1852 e em 1856, que, por sorte, não atingiram a documentação, mas causaram a perda da organização dos documentos - um trabalho que havia levado 12 anos para ser realizado. Além disso, as chuvas que penetravam no edifício exigiam constantes mudanças de local das caixas para proteger os documentos, enquanto as estantes de pinho e a umidade do Convento de Santo Antônio favoreceram o ataque de cupins. Em 1870, constatou-se que esses cupins devoraram 15 volumes de processos relativos aos réus da Revolução Pernambucana de 1817, deixando apenas 16 volumes, além de destruírem 5 processos do extinto Tribunal da Junta do Comércio. Devido a esses ataques e à significativa perda, o Arquivo Público do

Império foi finalmente transferido para a Rua dos Ourives, uma instalação que seria mais adequada.

Castello Branco enfatiza a importância de reconhecer essa perda para evitar que se repitam erros que resultem na destruição de documentos valiosos, os quais demandaram anos de trabalho e dedicação para serem coletados e organizados. A preocupação é que, sem medidas eficazes, mais documentos significativos poderiam ser perdidos, o que representaria perda irreparável para a memória e a identidade do país.

A unidade de registro “Documentos importantes” refere-se aos documentos considerados importantes, mencionados 23 vezes por Castello Branco nessa Publicação 35. Entre eles, destacam-se contribuições dos agentes auxiliares, como o testamento original do Conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva, patriarca da Independência, e o Catálogo dos antigos Governadores e vice-presidentes do Estado da Paraíba. Também estão incluídos documentos requisitados pelos diretores do Arquivo Público do Império ao Ministro, como aqueles relacionados aos acontecimentos políticos do Brasil desde 1821, documentos referentes a Tiradentes, à Santa Sé, além de arquivos de famílias, como o espólio do Barão de Cairú.

A unidade de registro “organização dos documentos”, recorrente 52 vezes, aborda como foi o processo de organização documental e a implementação dessas ações. Inicialmente, os documentos foram agrupados em períodos distintos: Brasil Colônia, Brasil Reino Unido e Brasil Império, organizados cronologicamente e com índices alfabéticos. Durante a gestão de Machado Portela, foi realizado o primeiro inventário completo de todo o acervo, o que possibilitou a elaboração do primeiro “plano de classificação de documentos”, citado 26 vezes. É importante destacar que, nos primeiros anos da instituição, a elaboração de um plano era inviável devido à escassez de documentos. Contudo,

após dois anos de esforços liderados por Portella, o primeiro Plano de Classificação de Documentos foi aprovado pelo Ministro em 24 de novembro de 1876. Castello Branco ressaltou que, embora esse plano devesse ter um caráter provisório, ele perdurou por mais de 60 anos, permanecendo em vigor até a data desta Publicação 35.

Segundo Portella: “Não basta, porém, ter o Arquivo documentos e ir recebendo novos, é preciso que sejam classificados e coordenados metodicamente, classificação regular aqui não houve; si houve, não existe” (Castello Branco, 1937, p.128). Este plano de classificação é até os dias de hoje estudado, sendo fundamental para compreensão de como as informações eram geridas e acessadas em um contexto histórico específico. Ele permite que os pesquisadores analisem a evolução dos métodos de classificação e a importância da documentação na administração pública.

Com 9 ocorrências, a unidade de registro “difusão” marca o início da preocupação dos gestores da instituição em ampliar o acesso a um maior número de pessoas, já que, até, então, o acesso era restrito a um grupo reduzido.

Enquanto na Europa os arquivos nacionais, além de servir ao Estado, atendiam também o cidadão, liberando os seus registros à consulta pública e à pesquisa histórica, o Arquivo Público Imperial restringia o acesso aos seus documentos à burocracia do Estado, perpetuando a política de sigilo oficial dos tempos coloniais (Costa, 2000g, p. 228).

Com o objetivo de tornar o acervo e a instituição mais conhecidos, em 1874, Machado Portela inaugurava uma Sala de Consulta, apesar das diversas limitações, e, em 1876, propôs a publicação dos documentos históricos por meio de uma revista:

A publicação de muitos documentos históricos que aqui existem inéditos coisa é cuja utilidade vinguem contestará; assim me parece assaz conveniente que, sob o título de ANUÁRIO DO ARQUIVO PÚBLICO, ou sob outro que for julgado mais próprio, comecem a ser publicados os

ditos documentos, bem como os catálogos que já existem e forem sendo organizados (Castello Branco, 1937, p.104).

Com apenas 4 ocorrências a unidade de registro “Formação especializada” reflete a visão perspicaz de Machado Portella sobre a necessidade de transformar os auxiliares em verdadeiros arquivistas, através de aulas de diplomática e paleografia (art. 10º do regulamento de 1876), que ele também chamou de “Escola de cartas”, reivindicada por seu sucessor, Alcides Bezerra, durante 15 anos, mas que não se concretizou:

[...] sem a execução integral do Curso Técnico, a que se refere o atual Regulamento desta Repartição (Decreto n.º 16.036, de 14 de Maio), para a formação do corpo de arquivistas, o Arquivo Nacional nunca passará do conceito em que o público e o próprio Governo o tem até agora—o de um mero depósito de papéis velhos, com um corpo de modestos auxiliares (Castello Branco, 1937, p. 215).

Mais tarde, essas aulas evoluíram para o Curso Permanente de Arquivos (CPA), criado em 1974 com o objetivo de capacitar profissionais e interessados na área de arquivologia (Acervo, 2017). O curso abordava temas como a organização de documentos, preservação de arquivos e gestão da informação, oferecendo conhecimentos teóricos e práticos essenciais para o trabalho em arquivos. Em 2007, o CPA foi descontinuado e transferido para a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Essa transferência visou integrar a formação em Arquivologia em um ambiente acadêmico mais amplo e atualizado, consolidando-se como o primeiro curso universitário de arquivologia do país.

A categoria “Personagens”, recorrente 292 vezes na Publicação 35, refere-se ao destaque de indivíduos identificados como agentes fundamentais na criação da instituição, no cumprimento da sua missão, na visibilidade do Arquivo e na conscientização de sua importância, além do empenho em preservar os documentos da memória nacional e da memória do Arquivo Público do Império. Na Publicação 35 a unidade de registro “diretores” é a mais mencionada, com um

total de 163 citações. Além disso, Castello Branco faz referência à atuação dos diretores em todos os tópicos abordados.

Ciro Cândido Martins de Brito foi o diretor mais citado, com 70 menções. É importante destacar que Ciro de Brito assumiu a direção efetiva em 22/10/1840, e Castello Branco o credita pela elaboração do primeiro regulamento do Arquivo. Foi sob sua liderança que o Arquivo adquiriu autorização para comprar móveis e pintar as salas, permitindo o início das atividades. Ciro foi responsável pela divisão da documentação em três períodos históricos e enviou numerosos ofícios e relatórios de atividades ao Ministro, solicitando o recolhimento de documentos não encaminhados pelas diversas Secretarias, a criação de uma legislação mais eficaz que o Regulamento nº 2 para garantir o reconhecimento da finalidade do Arquivo Público do Império pelos órgãos públicos e o esclarecimento sobre quais documentos deveriam ser recolhidos. Além disso, solicitou o aumento das gratificações dos funcionários, a ampliação do quadro de pessoal e a alocação de recursos para a compra de documentos, bem como a construção de um edifício próprio e adequado, sempre enfatizando os prejuízos causados pela dispersão dos documentos e da relutância das Secretarias em enviá-los.

Outro diretor muito referenciado foi Joaquim Pires Machado Portella, com 54 menções. À frente da instituição por 25 anos, Portella desempenhou um papel crucial na valorização da missão do Arquivo Público do Império, buscando ampliar sua visibilidade e o acesso aos documentos. Com persistência, segundo Castello Branco, ele conseguiu comprar muitos documentos, recolher importantes acervos políticos e religiosos. Além disso, elaborou o primeiro plano de classificação do Arquivo, criou a seção Judiciária, a Biblioteca e uma Mapoteca. Ele também propôs a criação de um Museu Histórico, solicitando que os órgãos públicos enviassem moedas e medalhas para o Arquivo Público do Império. Em

1873, instituiu um sistema de carimbamento dos documentos com slogan do Arquivo, a fim de evitar extravios.

A unidade de registro “técnicos”, aparece 34 vezes, evidenciando claramente a intenção de Castello Branco em destacar os funcionários mais dedicados e o reconhecimento por parte dos diretores. Ele transcreve elogios feitos aos funcionários, com ênfase a dois deles: Francisco dos Reis e Silva (Oficial), que recebeu uma gratificação especial por sua dedicação e, José Tomaz de Oliveira Barbosa (Comendador), que substituiu 4 diretores, doou 212 livros para iniciar a Biblioteca, trabalhou por 48 anos e faleceu 4 dias após se aposentar, sendo também homenageado.

Com 63 ocorrências a unidade de registro “autoridades políticas” ressalta as figuras que desempenharam papéis cruciais na criação, manutenção e ampliação da finalidade do Arquivo Público do Império. Dentre essas autoridades, destacam-se o Marquês de Olinda, Pedro de Araújo Lima, cuja insistência na criação do Arquivo e apoio contínuo à instituição, por meio da elaboração de legislações pertinentes, resultou em 33 menções. O Ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos também é citado 9 vezes, sendo reconhecido como um importante apoiador. Além disso, são mencionados o responsável pela Secretaria do Império, Comendador Antônio José de Paiva Guedes de Andrade, e Benjamin Franklin Ramiz Galvão, foi um médico, professor, reitor, filólogo, biógrafo e orador brasileiro. Por fim, a unidade de registro “paleógrafos”, com 32 ocorrências, indica que, embora o cargo tenha sido formalmente criado em 1860, ele já existia desde 1854. O primeiro a ocupar essa função foi Frei Camilo de Monserrate, que recebeu o título de paleógrafo honorário do Arquivo Público do Império, com a tarefa de realizar a leitura da letra semi-gótica nas Bulas da Santa Sé. Seu trabalho demorou mais de 10 anos para ser concluído, resultando na decifração de 41

bulas e 36 extratos. Segundo Castello Branco, que dedica uma seção especial ao trabalho do frei, ele recebeu uma gratificação irrisória por esse extenso trabalho.

As lacunas funcionais do Arquivo Nacional, ao mesmo tempo reflexo e explicação de sua fragilidade política foram, de certa forma, responsáveis pela inexistência no Brasil, até bem recentemente, de uma política nacional de arquivos ou de uma política pública para a área de arquivos, seja em nível de avaliação e recolhimento da documentação dos órgãos da administração pública, seja em nível de uma correta política de acesso aos documentos. A Lei nº 8.159, de janeiro de 1991, conhecida como lei de arquivos, só foi sancionada um século e meio após a criação do Arquivo Público (Costa, 2000h, 229).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Castello Branco não se aprofunda e nem menciona o contexto social vivenciado no país no momento da elaboração do documento. Ele também não detalha “quais” documentos estavam sendo recolhidos ao Arquivo Público do Império, ao transcrever partes dos relatórios de atividades anuais. Ressalta com veemência os problemas existentes na instituição, a pouca atenção que o Governo dedica ao Arquivo e a falta de reconhecimento por parte das Secretarias em relação à sua missão. Além disso, expressa insatisfação com a burocracia que dificulta o andamento das atividades.

Castello Branco também destaca a evolução e o crescimento do Arquivo Público do Império, por meio dos atos regulatórios até 1876, que refletem diferentes fases: desde o momento inicial, passando por um esforço mais específico, até uma fase de modernização com uma reorganização profunda do Arquivo.

A dificuldade enfrentada pelo Arquivo Público do Império para obter a documentação prevista no Regulamento nº 2, de 1838, evidencia a fragilidade das políticas públicas de memória e pode ser compreendida à luz de diversos fatores: a ausência de uma cultura nacional voltada à preservação e conservação documental, a priorização de outras áreas por parte do Governo, a instabilidade

política e as sucessivas mudanças de gestão. Nesse contexto, os diretores da instituição consideravam a legislação vigente insuficiente tanto para garantir a efetiva remessa de documentos por parte dos órgãos públicos quanto para conferir legitimidade e autoridade ao Arquivo. Ao longo de décadas, por meio de insistentes reivindicações junto aos Ministérios, além de iniciativas como o envio de emissários em busca de acervos e até a aquisição por meio de compra de documentos, foi possível construir um patrimônio documental de grande valor histórico, cultural e simbólico, que hoje representa um valioso patrimônio documental.

As instalações inadequadas provocaram sérios danos, resultando na deterioração e perda de documentos importantes, assim como anos de trabalho, e parte da história do Brasil, o que comprometeu o acesso ao acervo. Em 1937, esse problema ainda persistia. No entanto, a criação de novos setores na estrutura organizacional resultou em um ganho significativo na quantidade e diversidade de documentos, incluindo a entrada de mapas geográficos e documentos judiciários.

O recolhimento de documentos escritos em letras semi-góticas revelou a necessidade e a importância de contar com um paleógrafo na instituição, personagem relevante da memória do Arquivo. Identificou-se também como ponto de preocupação recorrente, a urgente necessidade de capacitar os funcionários para tentar transformar o Arquivo Público do Império, até então visto como um mero depósito de papéis antigos, em uma instituição técnica dedicada ao processamento, conservação e disseminação da informação. O objetivo era converter o Arquivo Público do Império em um espaço dinâmico capaz de gerar conhecimento e ser um lugar de memória e do conhecimento histórico a partir do legado do acervo histórico do Império — um patrimônio fruto de muitos esforços.

A intenção de Castello Branco é clara: ele estrutura sua narrativa a partir de uma perspectiva que confere protagonismo aos diretores, cujas ações são tratadas como fundamentais para o desenvolvimento do Arquivo Público do Império até 1937. Essa ênfase reiterada reflete uma concepção tradicional da historiografia institucional, marcada por uma valorização das lideranças e pela idealização do papel das autoridades. Embora o autor também reconheça a relevância de figuras políticas no processo de institucionalização do Arquivo, sua narrativa permanece centrada em uma lógica hierárquica e personalista, que tende a ocultar a contribuição de outros sujeitos, como técnicos e os usuários da instituição. Castello Branco adota um tom reivindicatório para destacar questões estruturais e problemas recorrentes, que considera críticos, com o intuito de enfatizar a urgência de soluções. Seu objetivo é conscientizar o leitor sobre a relevância da instituição e a necessidade de superar os problemas que ainda persistem, mesmo após um século de sua criação.

Castello Branco nos ofereceu, ainda que de modo parcial, pois toda a operação de memória é também operação de esquecimento, uma jornada significativa do seu ponto de vista, permitindo-nos entender, de uma perspectiva institucional, a origem e as circunstâncias da criação do Arquivo Público do Império, como os documentos chegaram lá, as condições precárias de suas instalações e a luta por um edifício próprio. Destacou a maneira que os documentos foram organizados e classificados, ressaltando o papel dos diretores e das autoridades políticas nos avanços conquistados. Ele também enfatizou as ações que buscaram melhorias como a capacitação, visibilidade e participação na sociedade, além de uma maior compreensão do valor desses documentos na construção da memória coletiva nacional e na preservação de registros de um passado sem o qual não é possível compreender a história brasileira.

Pensar a memória do Arquivo Nacional é extremamente complexo, à medida que a memória e a identidade da instituição ligam-se estreitamente ao esforço, sempre marcado pelo poder, de produção, legitimação e fixação de uma memória e identidade nacionais. Ao mesmo tempo, o Arquivo também é um lócus para os quais se direcionam as lutas pelo passado, pelo presente e pelo futuro e um dispositivo de organização, classificação e controle do conhecimento e das informações circulantes em uma sociedade.

Uma política concreta de memória da instituição pode, dentre várias possibilidades, dar prosseguimento ao trabalho realizado por Castello Branco e outros atores e sistematizar ações para garantir um conhecimento mais profundo do que já foi realizado e planejamento do que ainda está por vir. Iniciativas que envolvam a memória oral de servidores e dos usuários do Arquivo, bem como a consolidação de pesquisas realizadas sobre o Arquivo Nacional podem ser viabilizadas em um programa continuado de desenvolvimento da memória da instituição que promova um fortalecimento da coerência interna do Arquivo Nacional e uma relação ativa e crítica com o seu passado.

REFERÊNCIAS

- BARBATHO, Renata Regina Gouvêa; FONSECA, Vitor Manoel Marques da.; FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. Arquivo nacional: efeméride e memória institucional. *In: Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação*, n. XX ENANCIB, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/123131>. Acesso em: 06 abril 2025.
- BARDIN, Laurence. **A análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 69, c1977, 226 p.
- BRASIL. [Constituição (1824)]. Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 14 set. 2024.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 14 set. 2024.

BRASIL. **Regulamento nº 2, 02 de janeiro de 1838**. Dá instruções sobre o Arquivo Público provisoriamente estabelecido na Secretaria d'Estado dos Negócios do Império. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/regula/1824-1899/regulamento-2-2-janeiro-1838-561951-publicacaooriginal-85719-pe.html#:~:text=D%C3%A1%20Instruc%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20o%20Arquivo,Senhor%20Dom%20Pedro%20Segundo%2C%20Decreta>. Acesso em: 01 mar. 2025;


BUZZATTI, João Vicente Teixeira. **Da máquina erudita à instituição arquivística**: rupturas e continuidades nas relações entre pesquisa histórica e técnicas de arquivo; o caso da reforma administrativa do Arquivo Nacional (1958-1964). 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul / Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Porto Alegre, 2015.

CASTELLO BRANCO, Pandiá H. de Tautphoeus. **Subsídios para a história do Arquivo Nacional na comemoração do seu primeiro centenário (1838-1938)**: o Arquivo no Império. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1937a. 356 p. (Publicações Históricas, n. 35)

COSTA, Célia Maria Leite. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. **Revista Estudos Históricos**, [s.l.], v. 14, n. 26, p. 217-231, 2000. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2123>. Acesso em 7 abr. 2025.

ESTEVÃO, S. N. de M.; FONSECA, V. M. M. da. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 81-108, 2011. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/42>. Acesso em: 11 abr. 2025.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. 



 tpbci@ancib.org

 [@anciboficial](https://www.instagram.com/anciboficial)